



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**31/03/2011**



# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CONCURSO.....	1 - 2
1.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CORREIÇÕES.....	4
2.2. SINDJUS.....	5
2.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	6 - 7
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. COMARCAS.....	8
3.2. CORREIÇÕES.....	9
3.3. PRISÃO.....	10
3.4. SINDJUS.....	11
3.5. SISTEMA CARCERÁRIO.....	12 - 13
3.6. VARAS ESPECIAIS.....	14
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CONCURSO.....	15
4.2. INSTITUCIONAL.....	16 - 17
4.3. PRISÃO.....	18
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. SISTEMA CARCERÁRIO.....	19
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. DESEMBARGADORES.....	20 - 21
6.2. INSTITUCIONAL.....	22 - 23
6.3. JULGAMENTOS.....	24
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	25
7.2. AVISO.....	26
7.3. CONCURSO.....	27 - 28
7.4. JULGAMENTOS.....	29
7.5. METAS DO CNJ.....	30
7.6. PRISÃO.....	31
7.7. SISTEMA CARCERÁRIO.....	32

**Sorteio...** A comissão do concurso que oferece 149 vagas para serventias de notas e registros do Estado do Maranhão, realizou audiência pública para o sorteio das vagas nos cartórios reservados a candidatos portadores de deficiência. A audiência foi presidida pelo desembargador Cleones Carvalho.

**Vagas...** Segundo o edital do concurso, 5% das vagas são destinadas aos portadores de necessidades especiais. De acordo com o resultado do sorteio, pelo critério de ingresso, serão reservadas 5 dentre as 100 serventias extrajudiciais vagas: São José dos Basílios, Montes Altos, Buriti Bravo, Cantanhede e Araióses. Por remoção, serão 3 dentre as 49 vagas: Boa Vista do Gurupi, Brejo e São Roberto.

**Inscrições...** Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas à pessoas portadoras de deficiência, essas serão ocupadas pelos outros candidatos aprovados e classificados. As inscrições podem ser feitas até dia 8 de abril pelo site do Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul ([www.cartorio.tjma.ieses.org](http://www.cartorio.tjma.ieses.org)) ou pelo site do TJMA ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)) - clicando no link "inscrições on line".

## Inscrições para o concurso de servidor do TJMA encerram na sexta, 8

As inscrições para o concurso público de servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão encerram-se na sexta-feira, dia 8 de abril. No total, 58 vagas estão sendo oferecidas para cargos efetivos e preenchimento de cadastro de reserva para os níveis fundamentais, médio e superior (Edital 002/2011). A inscrição pode ser feita no endereço eletrônico [www.servidor.tjma.ieses-sc.org.br](http://www.servidor.tjma.ieses-sc.org.br) ou [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br), no link "concursos".

As taxas de inscrição custam R\$ 75 (nível superior), R\$ 60 (nível médio) e R\$ 45 (fundamental). As provas serão aplicadas nos municípios de São Luís, Caxias e Imperatriz. A instituição responsável pelo concurso será o Ieses (Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul).

Para os cargos que exigem nível superior há 50 vagas para analista judiciário (com formação em Direito) e 5 para psicólogo. Para nível médio serão oferecidas 3 vagas para Comissário de Justiça da Infância e Juventude.

Além de prover essas vagas, o concurso irá formar cadastro de reserva para outros quatro cargos de nível superior (Analista de Sistemas - Desenvolvimento, Assistente Social, Contador e Engenheiro

Eletricista); para cinco cargos de nível médio, de técnico judiciário (apoio técnico administrativo, contabilidade, hardware, software e técnico em edificações) e cadastro de reserva para auxiliar judiciário, cargo de nível fundamental.

O concurso público será efetuado mediante aplicação de provas objetiva, discursiva, de digitação e de títulos, em que serão avaliados os conhecimentos e/ou habilidades dos candidatos sobre as matérias relacionadas a cada cargo. A primeira prova, da etapa objetiva, está prevista para o dia 15 de maio.

**CARTORÁRIOS** - O prazo de inscrição para o concurso de outorga de delegações de notas e registros (cartorários) também encerra dia 8 de abril. As inscrições podem ser feitas pelo site do Ieses ([www.cartorio.tjma.ieses.org](http://www.cartorio.tjma.ieses.org)) ou pelo [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br), no link "concursos". O valor da taxa de inscrição é R\$ 150,00.

Os candidatos devem possuir diploma de Bacharel em Direito em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), ou prova de que tenha completado dez anos de exercício em serviço notarial ou de registro, até

a data da primeira publicação do Edital no Diário da Justiça Eletrônico.

O candidato ao concurso cujo provimento se dê por remoção deverá apresentar certidão de titularidade no serviço notarial ou de registro, em caráter efetivo ou com estabilidade, há mais de dois anos no Estado do Maranhão, expedida pela secretaria da Corregedoria Geral da Justiça.

**PROVAS** - Todos os inscritos passarão por prova objetiva e discursiva, prova prática, prova oral, e avaliação de títulos. A primeira etapa do concurso ocorrerá no dia 22 de maio de 2011. Todas as provas serão aplicadas em São Luís, com exceção da prova de títulos.

## Órgãos querem acabar com falta de documentação de presos no estado

A falta de documentos de presos que chegam ao sistema penitenciário do estado - um problema grave e rotineiro - dominou a pauta de reunião ontem, entre o corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, o secretário-adjunto, frei Ribamar Cardoso, e o defensor-geral e a corregedora da Defensoria Pública, Aldy Melo Filho e Fabíola Ramos. Os órgãos manifestaram interesse em resolver a questão em definitivo.

A Defensoria Pública entregou ao corregedor cópia de documento da Casa de Detenção - CADET, com lista de 700 presos do estabelecimento, dos quais 400 não possuem a carta guia (documentos do processo enviados para a Vara de Execução Penal, a exemplo de denúncia e sentença). O defensor Aldy Melo Filho classificou a situação como "inviável" e fez alerta para o cumprimento da Resolução 113 do CNJ, que trata do tema.

Melo cita Pedrinhas, onde

"uma minoria possui o documento". O Maranhão tem em torno de 6.000 presos, dos quais em torno de 1.850 estão em delegacias regionais.

**Carta Guia** - Cientificado da irregularidade, Guerreiro Júnior afirmou que irá emitir ainda hoje ofício circular a todos os juízes de execução da capital e do interior exigindo o envio de carta guia e cópia do processo de presos encaminhados para estabelecimentos prisionais.

"Vamos tentar regularizar a situação. Não podemos mais ficar como estamos", afirmou o corregedor, ressaltando que muitos presos são encaminhados às unidades a mando de delegados, por meio ofício. "O delegado nem comunica ao juiz".

Sérgio Tamer informou que editou portaria proibindo aos diretores de unidades prisionais receberem presos sem a carta guia assinada pelo juiz de execução penal.

O corregedor disse que irá pedir aos juízes das comarcas originárias dos 400 presos da CADET que a documentação deles seja enviada com urgência para a Corregedoria.

Esse envio ocorrerá pelo sistema Digidoc, do Judiciário, o que facilitará obter cópias dos processos. Secretaria de Justiça e Defensoria Pública também as receberão.

**Segredo** - Outro problema relatado ao corregedor diz respeito a dificuldades dos defensores quanto ao acesso a processos da área de família. O obstáculo seria causado por mudança de procedimento. A diretoria do Fórum do Calhau teria limitado o acesso a processos do tipo em nome do "segredo de justiça". Para Aldy Mello, a medida dificultou o trabalho da DPE, onde 80% dos processos são dessa ordem.

Na visão do corregedor, Defensoria Pública e Ministério Público não devem ter barreiras a processos. Guerreiro Júnior orientou os representantes do órgão a comunicarem o assunto em caráter oficial à CGJ. "Se for a regra, vamos manter, mas garantindo aos dois órgãos o acesso aos processos, mesmo que por proteção de senha", garantiu.

Reprodução



► Corregedoria, Secretaria da Justiça e Defensoria Pública discutem problemas carcerários no estado

## **2ª Vara de Santa Inês inicia correição ordinária**

➤ A 2ª Vara de Santa Inês deu início nessa terça-feira, 29, à correição ordinária na unidade. A instalação ocorreu na sala de audiências do Fórum Des. João Miranda Sobrinho, sob comando da juíza Larissa Rodrigues Tupinambá Castro. O encerramento dos trabalhos é previsto para 8 de abril. A juíza convidou o Ministério Público e a OAB para acompanhar os trabalhos. Sugestões e críticas sobre o funcionamento da secretaria da vara ou acerca do procedimento ou atividade e serventuários e funcionários podem ser oferecidas por escrito à secretaria da correição, Ir:ês Raquel de Arruda Brito.

**Representantes do Sindicato de Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjusma) estiveram na manhã de ontem, no gabinete da deputada Eliziane Gama (PPS) para pedir apoio a defesa da exigência de formação universitária para acesso ao cargo de Oficial de Justiça.**

////

A parlamentar reafirmou apoio a classe e disse que a reivindicação é justa, por visar o melhor atendimento a população.

////

**Além de Eliziane Gama, os servidores também conversaram com os deputados Edivaldo Holanda, Alexandre Almeida e André Fufuca, que afirmaram que apoiarão o debate sobre a reivindicação e ampliarão a discussão junto ao TJ para avaliar a proposta.**

# Órgãos querem acabar com falta de documentação de presos no estado

A falta de documentos de presos que chegam ao sistema penitenciário do estado - um problema grave e rotineiro - dominou a pauta de reunião ontem, 30, entre o corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, o secretário-adjunto, frei Ribamar Cardoso, e o defensor-geral e a corregedora da Defensoria Públi-

ca, Aldy Melo Filho e Fabíola Ramos. Os órgãos manifestaram interesse em resolver a questão em definitivo.

A Defensoria Pública entregou ao corregedor cópia de documento da Casa de Detenção - CADET, com lista de 700 presos do estabelecimento, dos quais 400 não possuem a carta guia (documentos do processo enviados para a Vara de Execução Penal, a exemplo de denúncia e sentença).

O defensor Aldy Melo Filho classificou a situação como "inviável" e fez alerta para o cumprimento da Resolução 113 do CNJ, que trata do tema.

Melo cita Pedrinhas, onde "uma minoria possui o documento". O Maranhão tem em torno de 6.000 presos, dos quais em torno de 1.850 estão em delegacias regionais.



#### **Guerreiro Júnior, e o Secretário de Justiça, Sérgio Tamer, presentes à reunião**

**CARTA GUIA** - Cientificando da irregularidade, Guerreiro Júnior afirmou que irá emitir ainda hoje ofício circular a todos os juízes de execução da capital e do interior exigindo o envio de carta guia e cópia do processo de presos encaminhados para estabelecimentos prisionais.

"Vamos tentar regularizar a situação. Não podemos mais ficar como estamos", afirmou o corregedor, ressaltando que muitos presos são encaminhados às unidades a mando de delegados, por meio ofício. "O delegado nem comunica ao juiz".

Sérgio Tamer informou que editou portaria proibindo aos

diretores de unidades prisionais receberem presos sem a carta guia assinada pelo juiz de execução penal.

O corregedor disse que irá pedir aos juízes das comarcas originárias dos 400 presos da CADET que a documentação deles seja enviada com urgência para a Corregedoria.

Esse envio ocorrerá pelo sistema Digidoc, do Judiciário, o que facilitará obter cópias dos processos. Secretaria de Justiça e Defensoria Pública também as receberão.

**SEGREDO** - Outro problema relatado ao corregedor diz respeito a dificuldades dos defensores quanto ao acesso a processos da área de família.

O obstáculo seria causado por mudança de procedimento. A diretoria do Fórum do Calhau teria limitado o acesso a processos do tipo em nome do "segredo de justiça". Para Aldy Mello, a medida dificultou o trabalho da DPE, onde 80% dos processos são dessa ordem.

Na visão do corregedor, Defensoria Pública e Ministério Público não devem ter barreiras a processos. Guerreiro Júnior orientou os representantes do órgão a comunicarem o assunto em caráter oficial à CGJ. "Se for a regra, vamos manter, mas garantindo aos dois órgãos o acesso aos processos, mesmo que por proteção de senha", garantiu.

## MODERNIDADE

# Comarcas recebem equipamentos para acelerar a velocidade da internet



Servidores carregam caminhão com equipamentos para comarcas

O Tribunal de Justiça do Maranhão está enviando às comarcas do interior equipamentos que auxiliarão na ampliação da velocidade da internet. A nova conexão amplia em quatro vezes a disponibilidade da rede e deve ser instalada em 77 unidades do Poder Judiciário no Estado.

Os kits, compostos de rack, nobreak e régua, serão utilizados pelos técnicos de Informática para efetuar as conexões das unidades com a nova rede do Judiciário, com o auxílio de aceleradores de rede doados pelo

Conselho Nacional de Justiça.

Em março, os equipamentos foram enviados para as comarcas de Buriticupu, Caxias, Urbano Santos, Coelho Neto, Penalva, Mirinzal, São Vicente Férrer, Magalhães de Almeida, São Bento, São João Batista, Guimarães, Carolina, Balsas, Bacabal, Vitória do Mearim, Zé Doca, Pindaré Mirim, Alcântara, Bequimão, Cedral, e Cururupu.

Os acessórios foram adquiridos com recursos próprios do Tribunal de Justiça, oriundos do Fundo de Modernização e

Reaparelhamento do Judiciário (FERJ). A remessa dos materiais é feita pela Divisão de Administração Patrimonial do TJ por meio dos Correios.

No levantamento das unidades foram consideradas as comarcas onde há maior demanda de serviços e número de servidores. "A potencialização da conexão de Internet é fundamental para garantir eficiência e agilidade nos serviços prestados pelo Judiciário", ressalta o presidente do TJMA, Jamil Gedeon.

**EXPANSÃO** - Em fevereiro, o presidente do Tribunal e o corregedor geral de Justiça, Guerreiro Junior, solicitaram ao superintendente regional da Oi, Lúcio Gomes, o aumento da velocidade da internet nas comarcas do Estado, e cumprimento dos prazos previstos no contrato de expansão mantido com a empresa.

Além do aumento de velocidade da conexão, foi solicitada também a instalação urgente da rede banda larga em Morros e Olinda Nova, que ainda dependem de equipamentos da Oi para terem acesso à Internet.

## JUSTIÇA

### 2ª Vara de Santa Inês inicia correição ordinária

A 2ª Vara de Santa Inês deu início na última terça-feira, 29, à correição ordinária na unidade. A instalação ocorreu na sala de audiências do Fórum Des. João Miranda Sobrinho, sob comando da juíza Larissa Rodrigues Tupinambá Castro. O encerramento dos trabalhos é previsto para 8 de abril. A juíza convidou o Ministério Público e a OAB para acompanhar os trabalhos.

Sugestões e críticas sobre

o funcionamento da secretaria da vara ou acerca do procedimento ou atividade e serventurários e funcionários podem ser oferecidas por escrito à secretária da correição, Inês Raquel de Arruda Brito.

Devem ser correicionados cerca de 1650 processos em tramitação na vara. Em correição ordinária realizada no ano passado, o total foi de 2.187 processos, dos quais 1.550 cíveis e 637 penais.

# Acusado de assaltos e homicídio é preso

Policiais militares da cidade de Timon prenderam, na manhã de ontem quarta-feira, 30, em cumprimento a um mandado de prisão preventiva, Robson Araújo Lima, vulgo "Robson Cabeção", de 30 anos. Ele responde, na 5ª Vara Criminal da Comarca de Timon, a vários crimes de furtos, assaltos e um homicídio.

Segundo informações policiais, Robson responde por mais de 10 crimes de assaltos e

furtos na região. Ele ainda é suspeito de matar uma jovem na cidade, utilizando-se de uma arma de fogo, ocorrido no último dia 26 de fevereiro

A PM conseguiu efetuar a prisão de Robson no momento em que realizava diligências em sua residência, localizada no bairro Vila Angélica, naquele município. Ele permanecerá detido no 1º DP de Timon para responder pelos vários crimes cometidos.

## REIVINDICAÇÕES DE SINDICATO

Os representantes do Sindicato de Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA) estiveram na manhã de ontem quarta-feira, 30, no gabinete da deputada Eliziane Gama (PPS) para pedir apoio a defesa da exigência de formação universitária para acesso ao cargo de Oficial de Justiça. A parlamentar reafirmou apoio a classe e disse que a reivindicação é justa, por visar o melhor atendimento a população. "Esta é uma reivindicação extremamente justa e tenho certeza que os demais colegas terão esta sensibilidade, assim como o Tribunal de Justiça, pois tem como objetivo a qualidade do atendimento", frisou. Além de Eliziane Gama, os servidores também conversaram com os deputados Edivaldo Holanda (PTC), Alexandre Almeida (PTdoB) e André Fufuca (PSDB), que afirmaram que apoiarão o debate sobre a reivindicação e ampliarão a discussão junto ao TJ para avaliar a proposta. Segundo o presidente do Sindjus, Anibal Lins, o propósito da ida a Assembleia Legislativa nesta quarta-feira foi para pedir apoio a emenda parlamentar que suprime o artigo 01º do Projeto de Lei complementar 05/2010, que retorna o cargo de Oficial de Justiça do nível universitário para o nível médio. O projeto foi encaminhado para a Assembleia pelo TJ no ano passado, quando mais de 20 deputados manifestaram-se favoráveis a manutenção do diploma de nível superior. "Por ser um cargo para fins de atividades judiciárias, é necessário que o cargo de Oficial de Justiça seja exercido por profissionais qualificados", completou o presidente do sindicato.

## MP/IMPERATRIZ

## Secretário de Justiça firma termo de ajustamento de conduta

O secretário de Justiça e da Administração Penitenciária do Estado do Maranhão, Sérgio Tamer, juntamente com o secretário-adjunto de Reintegração Social, Frei Ribamar Cardoso, o adjunto da Administração Penitenciária, João Bispo Serejo, e assessores se reuniram com o Ministério Público e Judiciário em Imperatriz.

A reunião aconteceu no Fórum Henrique de La Rocque, ocasião em que foi discutida, mais uma vez, a situação do sistema penitenciário de Imperatriz. O Ministério Público foi representado pelo promotor Domingos Eduardo Silva, enquanto que o Judiciário esteve representado pela juíza Samira Barros Heluy, da Corregedoria de Presídios e juíza da 5ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz.

Na oportunidade, a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária, Ministério Público e Judiciário assinaram termo de ajustamento de conduta. A finalidade desse ajustamento de conduta, segundo o secretário de Reintegração Social, Frei Ribamar Cardoso, será a melhoria de condições de vida dos detentos apenados nesta região.

"O preso perdeu o amplo direito de ir e vir, mas ele não perdeu o direito à sua dignidade", disse Frei Ribamar.

O secretário Adjunto, João Bispo Serejo, disse que os 36 presos que se encontram nas celas da Delegacia Regional de Imperatriz serão transferidos para São Pedro da Água Branca e Vila Nova. Agentes de empresas de segurança, devidamente treinados, farão o trabalho que seria feito pelos agentes carcerários. Depois de transferidos, serão realizadas obras de reformas na Delegacia Regional. Na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), serão construídas 20 novas celas, cujas obras serão iniciadas imediatamente.

O secretário Sérgio Tamer avaliou que o preso não pode mais ficar sem nenhuma atividade, tem de trabalhar, ter oportunidade de estudar e tudo isso, segundo o secretário, vai fazer parte do processo de ressocialização, visando diminuir a faixa de reincidência, que é de 80%.

"A vontade da governadora Roseana Sarney e a sua determi-

nação são para que a situação do sistema prisional do Maranhão seja amenizada o mais rápido possível, para que sirva de modelo para todo o Brasil", disse Tamer.

No que se refere ao novo presídio, o secretário reafirmou que, de acordo com o cronograma, a obra é para ser concluída em setembro. Mas reafirmou, também, o que já havia dito em fevereiro, quando esteve pela primeira vez em Imperatriz: caso a obra esteja atrasada, pode até mudar de construtora. O secretário adiantou que a meta do governo é criar 4 mil novas vagas no Maranhão, nos próximos anos, principalmente para amenizar a questão das delegacias, que atualmente comportam 1.850 presos em todo o estado.

**ORGANIZAÇÃO**

## Órgãos querem acabar com falta de documentação de presos

A falta de documentos de presos que chegam ao sistema penitenciário do estado - um problema grave e rotineiro - dominou a pauta de reunião ontem quarta-feira, 30, entre o corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, o secretário-adjunto, frei Ribamar Cardoso, e o defensor-geral e a corregedora da Defensoria Pública, Aldy Melo Filho e Fabíola Ramos. Os órgãos manifestaram interesse em resolver a questão em definitivo.

A Defensoria Pública entregou ao corregedor cópia de documento da Casa de Detenção - CADET, com lista de 700 presos do estabelecimento, dos quais 400 não possuem a carta guia (documentos do processo enviados para a Vara de Execução Penal, a exemplo de denúncia e sentença). O defensor Aldy Melo Filho classificou a situação como "inviável" e fez alerta para o cumprimento da Resolução 113 do CNJ, que trata do tema.

Melo cita Pedrinhas, onde "uma minoria possui o documento". O Maranhão tem em torno de 6.000 presos, dos quais em torno de 1.850 estão em delegacias regionais.

Carta Guia - Cientificado da irregularidade, Guerreiro Júnior afirmou que irá emitir ainda hoje ofício circular a todos os juizes de execução da capital e do interior exigindo o envio de carta guia e cópia do processo de presos encaminhados para estabelecimentos prisionais.

"Vamos tentar regularizar a situação. Não podemos mais ficar como estamos", afirmou o corregedor, ressaltando que muitos presos são encaminhados às unidades a mando de delegados, por meio ofício. "O delegado nem comunica ao juiz".

Sérgio Tamer informou que editou portaria proibindo aos diretores de unidades prisionais receberem presos sem a carta guia assinada pelo juiz de execução penal.

O corregedor disse que irá pedir aos juizes das comarcas originárias dos 400 presos da CADET que

a documentação deles seja enviada com urgência para a Corregedoria.

Esse envio ocorrerá pelo sistema Digidoc, do Judiciário, o que facilitará obter cópias dos processos. Secretaria de Justiça e Defensoria Pública também as receberão.

Segredo - Outro problema relatado ao corregedor diz respeito a dificuldades dos defensores quanto ao acesso a processos da área de família. O obstáculo seria causado por mudança de procedimento. A diretoria do Fórum do Calhau teria limitado o acesso a processos do tipo em nome do "segredo de justiça".

## DECISÃO

### Mantida pensão de ex-prefeito de Coelho Neto

Na sessão jurisdicional de ontem quarta-feira, 30, o Pleno do Tribunal de Justiça decidiu, por maioria, determinar o restabelecimento de pensão mensal do ex-prefeito de Coelho Neto, Afonso Augusto Duque Bacelar, suspensa desde 2009 por ato do prefeito. Afonso Bacelar exerceu o cargo de 1973 a 1977.

A decisão se deu em reclamação ajuizada pelo ex-prefeito, contestando o indeferimento de pedido de execução pelo juízo da 1ª Vara de Coelho Neto. A reclamação foi relatada pelo desembargador Joaquim Figueiredo, que foi seguido pela maioria dos membros no entendimento de que a suspensão da pensão vitalícia, concedida por lei anterior à Constituição Federal de 1988, fere direito adquirido.

O caso já havia sido apreciado pela 2ª Câmara Cível do

TJ, em maio de 1985, quando foi garantido ao ex-prefeito o recebimento da vantagem, prevista na Lei Municipal nº 152/1981. A lei garante aos ex-prefeitos a pensão vitalícia de 60% das vantagens do chefe do Executivo municipal.

A maioria votou pela procedência da Reclamação, a fim de garantir a autoridade da decisão de 1985 e "em respeito à segurança jurídica".

**DIVERGÊNCIA** - Em voto divergente, alguns membros da Corte votaram pela improcedência do pedido, considerando que a vantagem foi extinta pela Lei Orgânica do Município de Coelho Neto, fato que não foi contestado pelo ex-prefeito. Eles também entendiam que a vantagem vitalícia não é compatível com o atual sistema constitucional brasileiro, face a princípios como o da moralidade.

# Inscrições para o concurso do TJ vão até 8 de abril

Estão sendo oferecidas 58 vagas para cargos efetivos e preenchimento de cadastro de reserva para três níveis

As inscrições para o concurso público de servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão encerram-se no dia 8 de abril. No total, 58 vagas estão sendo oferecidas para cargos efetivos e preenchimento de cadastro de reserva para os níveis fundamental, médio e superior (Edital 002/2011). A inscrição pode ser feita no endereço eletrônico [www.servidor.tjma.ieses-sc.org.br](http://www.servidor.tjma.ieses-sc.org.br) ou [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br), no link "concursos".

As taxas de inscrição custam R\$ 75,00 (nível superior), R\$ 60,00 (nível médio) e R\$ 45,00 (fundamental). As provas serão aplicadas nos municípios de São Luís, Caxias e Imperatriz. A instituição responsável pelo concurso será o Ileses (Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul).

Para os cargos que exigem nível superior, há 50 vagas para analista judiciário (com formação em Direito) e cinco para psicólogo. Para nível médio, serão oferecidas três vagas para Comissário de Justiça da Infância e Juventude.

Além de prover essas vagas, o concurso irá formar cadastro de reserva para outros quatro cargos de nível superior (Analista de Sistemas – Desenvolvimento, Assistente Social, Contador e Engenheiro Eletricista); para cinco cargos de nível médio, de técnico judiciário (apoio técnico administrativo, contabilidade, *hardware*, *software* e técnico em edificações) e cadastro de reserva para auxiliar judiciário, cargo de nível fundamental.

O concurso público será efetuado mediante aplicação de provas objetiva, discursiva, de digitação e de títulos, em que serão avaliados os conhecimentos e/ou ha-

## Provas

Todos os inscritos passarão por prova objetiva e discursiva, prova prática, prova oral, e avaliação de títulos. A primeira etapa do concurso ocorrerá no dia 22 de maio de 2011. Todas as provas serão aplicadas em São Luís, com exceção da prova de títulos.

bilidades dos candidatos sobre as matérias relacionadas a cada cargo. A primeira prova, da etapa objetiva, está prevista para o dia 15 de maio.

**Cartorários** - O prazo de inscrição para o concurso de outorga de delegações de notas e registros (cartorários) também encerra-se dia 8 de abril. As inscrições podem ser feitas pelo site do Ileses ([www.cartorio.tjma.ieses.org](http://www.cartorio.tjma.ieses.org)) ou pelo [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br), no link "concursos". O valor da taxa de inscrição é R\$ 150,00.

Os candidatos devem possuir diploma de Bacharel em Direito em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), ou prova de que tenha completado 10 anos de exercício em serviço notarial ou de registro, até a data da primeira publicação do Edital no Diário da Justiça Eletrônico.

O candidato ao concurso cujo provimento se dê por remoção deverá apresentar certidão de titularidade no serviço notarial ou de registro, em caráter efetivo ou com estabilidade, há mais de dois anos no Estado do Maranhão, expedida pela secretaria da Corregedoria Geral da Justiça.

## **Estado Maior**

# **STJ comunica ao TJ abertura de duas vagas** Política 3

# Estado maior

## Vagas no STJ

**A** magistratura superior do Maranhão tem mais uma vez a oportunidade de brigar por um assento no Superior Tribunal de Justiça.

Ontem, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, comunicou aos desembargadores, durante sessão do Tribunal Pleno, recebimento de ofício do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Ari Pargendler, comunicando a abertura de duas vagas naquela Corte.

Uma com a nomeação do ministro fluminense Luiz Fux - ele saiu do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para o STJ - para o Supremo Tribunal Federal (STF). E a outra com a aposentadoria do ministro Paulo Medina, oriundo da magistratura federal.

O comunicado do presidente do STJ ao presidente do TJ abre caminho para que qualquer desembargador possa pleitear indicação para disputar cadeira no STJ.

De acordo com o ofício do presidente do STJ lido pelo presidente do TJ, a Corte estadual tem prazo até 7 de abril para enviar a relação com os nomes dos candidatos às vagas abertas na Corte federal. A ordem da lista de aspirantes deve obedecer ao critério de antiguidade, não podendo o pleiteante ter menos de 35 nem mais de 65 anos. Além disso, devem seguir em anexo à inscrição os termos de compromisso e os currículos dos candidatos.

Não há dúvidas de que o colégio de desembargadores do Judiciário maranhense é formado por magistrados com preparo suficiente para tomar assento no Superior Tribunal de Justiça. Tanto que recentemente o atual presidente da Corte, desembargador Jamil Gedeon, venceu todas as etapas do processo, mas sua ascensão foi interrompida por uma armação de adversários de outros estados.

Vale lembrar, finalmente, que o último maranhense indicado para aquela corte foi Edson Vidigal, a quem em matéria de cultura jurídica magistrados como Baima Araújo, Jamil Gedeon, Cleones Cunha, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, Paulo Velten, Marcelo Carvalho, Froz Sobrinho e Guerreiro Júnior, para citar alguns, nada têm a dever.

Que surjam candidaturas.

## Assalto

**TIMON** - Policiais militares da cidade de Timon prenderam, na manhã de ontem, em cumprimento a um mandado de prisão preventiva, Robson Araújo Lima, o *Robson Cabeção*, de 30 anos. Ele responde na 5ª Vara Criminal da Comarca a vários crimes de furtos, assaltos e um homicídio. Segundo informações policiais, Robson é suspeito de matar uma jovem na cidade, utilizando-se de uma arma de fogo. O crime ocorreu no dia 26 de fevereiro. A PM conseguiu efetuar a prisão de Robson no momento em que realizava diligências no bairro Vila Angélica, naquele cidade.

## AJUSTAMENTO DE CONDUTA

# Secretário de Justiça firma termo

O secretário de Justiça e da Administração Penitenciária do Estado do Maranhão, Sérgio Tamer, juntamente com o secretário-adjunto de Reintegração Social, Frei Ribamar Cardoso, o adjunto da Administração Penitenciária, João Bispo Serejo, e assessores se reuniram com o Ministério Público e Judiciário em Imperatriz.

A reunião aconteceu no Fórum Henrique de La Rocque, ocasião em que foi discutida, mais uma vez, a situação do sistema penitenciário de Imperatriz. O Ministério Público foi representado pelo promotor Domingos Eduardo Silva, enquanto que o Judiciário esteve representado pela juíza Samira Barros Heluy, da Corregedoria de Presídios e juíza da 5ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz.

Na oportunidade, a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária, Ministério Público e Judiciário assinaram termo de ajustamento de conduta. A finalidade desse ajustamento de conduta, segundo o secretário de Reintegração Social, Frei Ribamar Cardoso, será a melhoria de condições de vida dos detentos apenados nesta região.

"O preso perdeu o amplo direito de ir e vir, mas ele não perdeu o direito à sua dignidade", disse Frei Ribamar. O secretário Adjunto, João Bispo Serejo, disse que os 36 presos que se encontram nas celas da Delegacia Regional de Imperatriz serão transferidos para São Pedro da Água Branca e Vila Nova.

Agentes de empresas de segurança, devidamente treinados, farão o trabalho que seria feito pelos agentes carcerários. Depois de transferidos, serão realizadas obras de reformas na Delegacia Regional. Na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), serão construídas 20 novas celas, cujas obras serão iniciadas imediatamente.

O secretário Sérgio Tamer avaliou que o preso não pode mais ficar sem nenhuma atividade, tem de trabalhar, ter oportunidade de estudar e tudo isso, segundo o secretário, vai fazer parte do processo de ressocialização, visando diminuir a faixa de reincidência, que é de 80%.

"A vontade da governadora Roseana Sarney e a sua de-

terminação são para que a situação do sistema prisional do Maranhão seja amenizada o mais rápido possível, para que sirva de modelo para todo o Brasil", disse Tamer.

No que se refere ao novo presídio, o secretário reafirmou que, de acordo com o cronograma, a obra é para ser concluída em setembro. Mas reafirmou, também, o que já havia dito em fevereiro, quando esteve pela primeira vez em Imperatriz: caso a obra esteja atrasada, pode até mudar de construtora. O secretário adiantou que a meta do governo é criar 4 mil novas vagas no Maranhão, nos próximos anos, principalmente para amenizar a questão das delegacias, que atualmente comportam 1.850 presos em todo o estado.

# Mudança de rumos

Presidente do TJ-MA diz que punição de mais um magistrado maranhense pelo CNJ mostra que o Poder Judiciário está fazendo a sua parte e cortando na própria carne

**CLODOALDO CORRÊA**

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, falou com O IMPARCIAL a respeito da decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de aposentar compulsoriamente o juiz Abrahão Lincoln Sauáia, que já estava afastado desde novembro de 2009 da 6ª Vara Civil, da Comarca de São Luís. Sauáia foi acusado de não respeitar o direito ao contraditório e julgar com parcialidade alguns processos.

Gedeon era o corregedor-geral de Justiça em 2009 quando foram enviadas ao CNJ as denúncias contra o juiz. Ele afirma que se hoje existem juízes do Maranhão e de outros estados sendo afastados ou punidos com aposentadoria compulsória não é pelo fato de existirem mais irregularidades, mas porque hoje existe mais apuração sobre todas as possíveis irregularidades de magistrados. "Eu sou até suspeito para falar porque, na época como corregedor-geral, eu iniciei os procedimentos aqui, que resultaram na apuração das acusações contra o juiz. Compete a nós darmos cumprimento às decisões do CNJ. Este é o novo perfil do Poder Judiciário brasileiro e maranhense.

Estamos apurando os fatos, as denúncias que chegam ao Judiciário para que possamos trabalhar com mais transparência, dentro da ética e de acordo com as exigências da sociedade", afirmou.

Nos últimos anos, foram afastados pelo CNJ após sindicância os juízes Megbel Abdalla, José Arimatéia, Abrahão Sauáia e Reinaldo Araújo acusados de irregularidades. O juiz Thales Ribeiro. O juiz Fernando Barbosa, da Comarca de Barreirinhas teve o mesmo destino de Sauáia, e foi aposentado compulsoriamente. Esta semana, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região afastou o juiz maranhense Moacir Ferreira Ramos, acusado de participação de fraudes em empréstimos. Para o presidente do TJ-MA, o aumento no número de denúncias contra juiz não necessariamente indica mais irregularidades, mas um ação mais eficiente da Corregedoria, que fiscaliza e apura as denúncias. "Não há mais casos, mas as situações estão sendo apuradas com maior rigor. As corregedorias estão mais atuantes hoje em nível estadual. Não só no Maranhão, mas em todos os estados. Temos problemas em outros estados, em outras esferas da Justiça, que não somente a estadual, que são denunciados,

que são noticiados pela imprensa e são objeto de apuração. O Poder Judiciário está fazendo sua parte que é apurar qualquer atitude de um dos seus membros que é vedada pela Lei", enfatizou.

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), José Brígido Lages, não quis comentar o caso, pois, segundo ele, não tinha conhecimento do teor do processo, nem se o juiz Abrahão Lincoln iria recorrer da decisão. "Outro dia o CNJ proferiu uma decisão semelhante contra um juiz de Minas Gerais e Supremo Tribunal Federal anulou a sentença. Como não sei o teor do processo, preferimos não emitir opinião neste momento", frisou.

A BAÉTA/IMP/D A PRESS



GEDEON DIZ QUE O PODER JUDICIÁRIO APURA COM RIGOR DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES

*“Este é o novo perfil do Poder Judiciário brasileiro e maranhense. Estamos apurando os fatos, as denúncias que chegam ao Judiciário para que possamos trabalhar com mais transparência, dentro da ética e de acordo com as exigências da sociedade”*

JAMIL GEDEON,  
presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

## **VAGAS NO STJ (1)**

O Supremo Tribunal Federal conseguiu completar a sua composição de 11 membros com o ministro Luiz Fux. Agora, o colegiado que ficou incompleto é o Superior Tribunal de Justiça. São duas vagas abertas: a de Luiz Fux e a de seu colega Paulo Medina, que se aposentou.

## **VAGAS NO STJ ( 2)**

Na sessão de ontem do Tribunal de Justiça do Maranhão, o presidente Jamil Gedeon deu conhecimento ao plenário das vagas no STJ. A elas, pode concorrer tanto juiz federal, quanto desembargadores estaduais. O presidente da corte superior, Ari Pargendler, comunicou ao TJ que os candidatos terão que se inscrever até o dia 7 de abril.

■ O presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon, deve enviar, até dia 7 de abril, a lista dos desembargadores locais que poderão estar concorrendo à vaga aberta pelo ministro Luiz Fux no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

■ A empresa de transporte coletivo São Benedito deve permanecer explorando, junto com a Expresso 1001, a linha de ônibus Vila Luisão-Alonso Costa.

■ A decisão foi tomada pela maioria de votos do plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quarta-feira, 30, quando foi dado provimento a agravo regimental da São Benedito.

❖❖ O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, José Brígido Lages, encaminhou ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, na última quarta-feira (23), ofício solicitando publicação de edital para provimento das vagas de juízes auxiliares de São Luís.

❖❖ A intenção é possibilitar aos magistrados interessados concorrerem aos referidos cargos em vacância, obedecendo-se os critérios de antiguidade e merecimento estabelecidos no art. 44, parágrafo 4º da Lei Complementar nº 14/91.

**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

**O DR. PEDRO HENRIQUE HOLANDA PASCOAL, MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE TUNTUM-MA, POR TÍTULO E NOMEAÇÃO LEGAL, NA FORMA DA LEI, ETC.**

Faz saber a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este juízo e Secretaria Judicial tem curso uma ação MONITÓRIA, processada sob o nº 901-49.2010.8.10.0135, em que é requerente BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A e requerido RAIMUNDO NONATO GOMES BARBOSA, brasileiro, solteiro, agricultor, com endereço no Povoado Macaúba, neste município, atualmente em lugar incerto e não sabido, razão pela qual fica CITADO para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da dívida, no valor de R\$ 30,794.94 (trinta mil, setecentos e noventa e quatro reais e noventa e quatro centavos), nos autos do processo acima mencionado, podendo o requerido em igual prazo oferecer EMBARGOS, os quais se não opostos implicará na constituição do título executivo judicial, convertendo-se o presente em mandado executivo, prosseguindo-se na forma ditada pelo os artigos 646 e seguintes do Código de Processo Civil. Cumprindo o requerido o mandado, ficará isento de custas e honorários advocatícios, tudo de acordo com os arts. 1.102b e 1.102c. § 1º. ambos do Código de Processo Civil. Este juízo tem endereço no Fórum da Comarca de Tuntum/MA, sito na Praça Des. Jorge Rachid, s/n, Centro, nesta cidade. E para que não se alegue desconhecimento, foi o presente afixado no lugar de costume e publicado no D.J. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Tuntum-MA, aos 24 de fevereiro de 2011, Eu, \_\_\_\_\_, Secretário Judicial substituto, digitei e subscrevi.

**DR. PEDRO HENRIQUE HOLANDA PASCOAL  
JUIZ DE DIREITO TITULAR DA COMARCA**

  
**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE TIMON**  
(0202)

Ref.: Ação de Usucapião Extraordinária N.º 1409-26.2010.8.10.0060  
1359/2010).

Requerente: Alberico dos Santos Soares  
Requerido: Francisco Alves Cavalcante  
Secretaria da 2ª Vara da Comarca de Timon-Maranhão

**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30(TRINTA)DIAS**

A Doutora Susi Ponte de Almeida, Juíza de Direito da 2ª Vara, da Comarca de Timon, Estado do Maranhão, na forma da lei, etc...

**FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, com sede à Rua Dra. Lizete de Oliveira Farias, S/N, bairro Parque Piauí, Fórum local, uma Ação de Usucapião (Proc. Nº 1409-26.2010.8.10.0060), em que é requerente: **Alberico dos Santos Soares** e requerido: **Francisco Alves Cavalcante**. E que **CITE: EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS**, referente a um imóvel com área de 22 hectares, localidade Pinto, Data São Miguel, zona rural de Timon-MA. Edital com prazo de 30(trinta) dias; o prazo de contestação é de 15(quinze) dias. Após o trigésimo dia da publicação considera-se cientificado os citados para responderem a todos os termos da ação até final da sentença, sob pena de revelia, presumindo-se aceitos pelos réus como verdadeiros os fatos constantes na inicial. **CUMPRE-SE** na forma na lei. Dado e passado nesta cidade de Timon, Estado do Maranhão, aos 14 de setembro de 2010. Eu, \_\_\_\_\_, Secretário Judicial da 2ª Vara, digitei e subscrevi.

  
**Dra. Susi Ponte de Almeida  
Juíza de Direito**

***Inscrições para  
o concurso do  
TJ terminarão  
dia 8 de abril***

PÁGINA 4

## ***Inscrições para o concurso do TJMA encerram dia 8 de abril***

As inscrições para o concurso público de servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão encerram-se na sexta-feira, dia 8 de abril. No total, 58 vagas estão sendo oferecidas para cargos efetivos e preenchimento de cadastro de reserva para os níveis fundamentais, médio e superior (Edital 002/2011). A inscrição pode ser feita no endereço eletrônico [www.servidor.tjma.ieses-sc.org.br](http://www.servidor.tjma.ieses-sc.org.br) ou [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br), no link "concursos".

As taxas de inscrição custam R\$ 75 (nível superior), R\$ 60 (nível médio) e R\$ 45 (fundamental). As provas serão aplicadas nos municípios de São Luís, Caxias e Imperatriz. A instituição responsável pelo concurso será o Ieses (Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul). Para os cargos que exigem nível superior há 50 vagas para analista judiciário (com formação em Direito) e 5 para psicólogo. Para nível mé-

dio serão oferecidas 3 vagas para Comissário de Justiça da Infância e Juventude.

Além de prover essas vagas, o concurso irá formar cadastro de reserva para outros quatro cargos de nível superior (Analista de Sistemas – Desenvolvimento, Assistente Social, Contador e Engenheiro Eletricista); para cinco cargos de nível médio, de técnico judiciário (apoio técnico administrativo, contabilidade, hardware, software e técnico em edificações) e cadastro de reserva para auxiliar judiciário, cargo de nível fundamental.

**Cartorários** – O prazo de inscrição para o concurso de outorga de delegações de notas e registros (cartorários) também encerra dia 8 de abril. As inscrições podem ser feitas pelo site do Ieses ([www.cartorio.tjma.ieses.org](http://www.cartorio.tjma.ieses.org)) ou pelo [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br), no link "concursos". O valor da taxa de inscrição é R\$ 150,00.

## ***Empresa São Benedito pode explorar linha na Vila Luisão***

A empresa de transporte coletivo São Benedito deve permanecer explorando, com a Expresso 1001, a linha de ônibus Vila Luisão-Alonso Costa. A decisão foi tomada por maioria de votos do plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), ontem (30), ao dar provimento a agravo regimental da São Benedito.

Este recurso é usado quando uma parte no processo considera que decisão de um magistrado causou prejuízo ao seu direito. Ainda cabe novo recurso da decisão. Inicialmente, a São Benedito entrou com mandado de segurança na Justiça de 1º grau, para garantir o direito de utilizar a linha e pedir a suspensão da circulação dos ônibus da Expresso 1001.

Em outubro do ano passado, a juíza Maria José França Ribeiro, respondendo pela 4ª Vara da Fazenda Pública da capital, concedeu parcialmente o pedido, somente para permitir a coexploração da linha em igualdade de condições pelas duas empresas.

O município de São Luís ingressou com pedido de suspensão da segurança, por

entender que a decisão da juíza contraria o interesse público e se sobrepõe ao livre exercício de seus poderes administrativos, violando o princípio da separação dos poderes.

**Reconsideração** – Num primeiro momento, a presidência do TJ-MA indeferiu o pedido do município por não observar circunstâncias capazes de suspender a sentença em suas argumentações. Ao analisar pedido de reconsideração com mais informações, o desembargador Jamil Gedeon entendeu que o município conseguiu provar que a sentença de primeira instância interfere diretamente no exercício das funções administrativas de competência do Executivo municipal.

Insatisfeita, a São Benedito ajuizou o agravo regimental. O relator, desembargador Jamil Gedeon, negou o pedido da empresa e foi acompanhado por outros magistrados. Entretanto a maioria dos desembargadores seguiu o voto divergente do desembargador Bayma Araújo, por entender que a decisão do juízo de base irá colocar mais veículos à disposição da comunidade. *(Ascom do TJ-MA)*

## ***Corregedoria participa da 1ª Reunião de Metas do CNJ***

O juiz auxiliar José Nilo Ribeiro Filho participa nesta quinta-feira, 31, em Brasília, da 1ª Reunião de Trabalho das Metas Nacionais de 2011, na qual representa o corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. Assina o convite o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Cezar Peluso.

No evento serão apresenta-

dos o Relatório Final das Metas de 2010 e o Glossário das Metas 2011, e aprovada a comissão de gestores. A eleição de membros e o planejamento dos trabalhos subsequentes estão previstos em pauta.

A 1ª Reunião de Trabalho das Metas Nacionais do CNJ ocorrerá das 9h às 18h, no auditório do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

## ***Acusado de assaltos e homicídio é preso em Timon pela PM***

Policiais militares da cidade de Timon prenderam, na manhã de ontem, em cumprimento a um mandado de prisão preventiva, Robson Araújo Lima, o "Robson Cabeção", 30 anos. Ele responde, na 5ª Vara Criminal da Comarca de Timon, a vários crimes de furtos, assaltos e um homicídio.

Segundo informações policiais, Robson responde por mais de 10 crimes de assaltos e furtos na região. Ele ainda é suspeito de matar uma jovem na cidade, utilizando-se de uma arma de fogo, ocorrido no último dia 26 de fevereiro

A PM conseguiu efetuar a prisão de Robson no momento em que realizava diligências em sua residência, localizada no bairro Vila Angélica, naquele município. Ele permanecerá detido no 1º DP de Timon para responder pelos vários crimes cometidos.

## Órgãos querem acabar com falta de documentação de presos no estado

A falta de documentos de presos que chegam ao sistema penitenciário do estado – um problema grave e rotineiro – dominou a pauta de reunião ontem, 30, entre o corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, o secretário-adjunto, frei Ribamar Cardoso, e o defensor-geral e a corregedora da Defensoria Pública, Aldy Melo Filho e Fabíola Ramos. Os órgãos manifestaram interesse em resolver a questão em definitivo.

A Defensoria Pública entregou ao corregedor cópia de documento da Casa de Detenção – CADET, com lista de 700 presos do estabelecimento, dos quais 400 não possuem a carta guia (documentos do processo enviados para a Vara de Execução Penal, a exemplo de denúncia e sentença). O defensor Aldy Melo Filho classificou a situação como “inviável” e fez alerta para o cumprimento da Resolução 113 do CNJ, que trata do tema.

Melo cita Pedrinhas, onde “uma minoria possui o documento”. O Maranhão tem em torno de 6.000 presos, dos quais em torno de 1.850 estão em delegacias regionais.

Carta Guia - Cientificado da irregularidade, Guerreiro Júnior afirmou que irá emitir ainda hoje ofício circular a todos os juízes de execução da capital e do interior exigindo o envio de carta guia e cópia do processo de presos encaminhados para estabelecimentos prisionais.

“Vamos tentar regularizar a situação. Não podemos mais fi-

car como estamos”, afirmou o corregedor, ressaltando que muitos presos são encaminhados às unidades a mando de delegados, por meio ofício. “O delegado nem comunica ao juiz”. Sérgio Tamer informou que editou portaria proibindo aos diretores de unidades prisionais receberem presos sem a carta guia assinada pelo juiz de execução penal.

O corregedor disse que irá pedir aos juízes das comarcas originárias dos 400 presos da CADET que a documentação deles seja enviada com urgência para a Corregedoria.

Esse envio ocorrerá pelo sistema Digidoc, do Judiciário, o que facilitará obter cópias dos processos. Secretaria de Justiça e Defensoria Pública também as receberão.

**Segredo** – Outro problema relatado ao corregedor diz respeito a dificuldades dos defensores quanto ao acesso a processos da área de família. O obstáculo seria causado por mudança de procedimento. A diretoria do Fórum do Calhau teria limitado o acesso a processos do tipo em nome do “segredo de justiça”. Para Aldy Mello, a medida dificultou o trabalho da DPE, onde 80% dos processos são dessa ordem.

Na visão do corregedor, Defensoria Pública e Ministério Público não devem ter barreiras a processos. Guerreiro Júnior orientou os representantes do órgão a comunicarem o assunto em caráter oficial à CGJ. “Se for a regra, vamos manter, mas garantindo aos dois órgãos o acesso aos processos, mesmo que por proteção de senha”, garantiu.